



WORKING PAPER

A Memória e os múltiplos "25 de Abril". Um momento único de participação das massas na política

Francisco Bairrão Ruivo

N.º 2 / 2014

Ficha Técnica

Coleção: Working Papers IHC, n.º 2/2014

Direção: Maria Fernanda Rollo

Coordenação editorial: Alice Samara e Paula Borges Santos

Composição gráfica: Cristina Sizifredo

Edição: Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa

Morada: Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Avenida de Berna, 26C, 1069-061

Email: ihc@fcsh.unl.pt

ISSN: 2183-2781

Resumo

A memória sobre o 25 de Abril de 1974 e o processo revolucionário português trouxe ao longo de décadas uma multiplicidade de visões e interpretações sobre estes temas que são também possibilidades.

Entre 25 de Abril e 28 de Setembro temos o confronto entre duas destas possibilidades: a via do general António de Spínola e a via preconizada, ainda que difusamente, pelo movimento popular.

Palavras-chave: memória; revolução; movimento popular; Spínola; 25 de Abril de 1974.

Summary

The memory on 25 April 1974 and the Portuguese revolutionary process brought in the last decades a great multitude of visions and interpretations that are also possibilities.

Between 25 April and 28 September 1974 Portugal experienced the confrontation between two possibilities: the route of General António de Spínola and path, albeit diffuse, of the popular movement.

Keywords: memory; revolution; popular movement; Spínola; 25 April 1974.

Introdução

O tema desta artigo tem por base uma série de questões que foram surgindo ao longo da investigação e escrita da tese de doutoramento que dá pelo nome de *Spinolismo: Viragem Política e Movimentos Sociais* que abarca os 5 meses da Presidência de Spínola entre o 25 de Abril e a manifestação da maioria silenciosa a 28 de Setembro 1974.

Entre elas ressaltam a multiplicidade de interpretações sobre os anos de 1974-1975, a novidade e modernidade trazidas pela acção dos movimentos sociais, a politização extrema da sociedade e, ainda, a aparente tensão entre estas duas últimas características e o projecto político do Presidente da República António de Spínola.

Historiadores, políticos ou jornalistas têm vindo a interrogar-se acerca dos anos de 1974 e 1975 lançando perguntas que reflectem o que deveria ter sido ou o que foi o essencial desse período. Há décadas que se multiplicam interrogações como:

O que é o “25 de Abril”? A “Revolução dos Cravos”? O “PREC”? A “Revolução portuguesa”? A “transição portuguesa para a democracia”? O “25 de Novembro”? O “Verão Quente”? O “11 de Março”? O “28 de Setembro”?

A “festa de Abril”? Esse “momento anómalo”¹ de um “Portugal em transe”² O “momento historicamente mais denso da nossa contemporaneidade”³? O “desastre de Abril”? Os “anos loucos”? A madrugada que Sophia de Mello Breyner esperava e chamava de “o dia inicial inteiro e limpo/Onde emergimos da noite e do silêncio”?

Hayden White diz que é possível olhar para um mesmo período ou acontecimento e tomá-lo como uma tragédia, uma farsa ou algo de épico, consoante a reconstrução e valorização que fizermos dos factos. Os acontecimentos históricos, por si só, terão assim um valor neutro, dependendo a sua valorização da forma como forem conjugados, subordinados ou realçados na construção do seu enredo, tudo dependendo, então, da perspectiva e sentido que se lhes pretenda conferir⁴.

A forma como se olha para o período de 1974-1975 estará também dependente da opção por realçar ou valorizar determinados factos em detrimento de outros. A

¹ Cerezales, Diego Palacios, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 194-1975*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, 20.

² Ferreira, José Medeiros, *Portugal em Transe (1974-1985)*, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. VIII, Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

³ Trindade, Luís, “Os Excessos de Abril”, *Revista História*, 65 (2004): 21.

⁴ White, Hayden, *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*, São Paulo: EDUSP, 2001, 100-101.

mesma sucessão de acontecimentos que para uns foi sinónimo de caos, anarquia, destruição do tecido económico e loucura colectiva, para outros foi de maioria cívica, de experiência máxima e irrepetível de democracia, cidadania e liberdade. Onde muitos vêem turbas radicais e terror revolucionário, outros vêem um povo oprimido em luta por direitos e liberdades.

De facto, estes anos tendem a ser lembrados e historizados de formas extremadas, muitas vezes opostas e mesmo mutuamente exclusivas. Mesmo para os directos protagonistas políticos e militares há vários “25 de Abril”, forjando-se uma disputa em torno do que se dizia ser o “verdadeiro espírito do 25 de Abril” que se prolonga até hoje.

Inicialmente, podemos identificar o “25 de Abril” dos capitães, plasmado no Programa do MFA. É a defesa do seu programa, a defesa do seu “25 de Abril” ante a ofensiva spínolista que leva o Movimento a reactivar a sua Comissão Coordenadora, a entrar no Governo, a não abdicar do controlo e de um lugar central no processo político. Consequentemente, haverá também o “25 de Abril” de Spínola que justifica a sua estratégia de contenção das liberdades, de reforço dos poderes presidenciais, de muscular a democratização e o seu plano federalista de descolonização lenta com o que dizia ser o regresso à “pureza” dos princípios que estavam na génese do golpe e que estavam definidos pelo programa do MFA. Mesmo que para tal tivesse de abrir um conflito com aqueles que, de facto, realizaram o golpe e elaboraram o programa. Será esta a primeira grande tensão no bloco de poder político-militar ao longo dos primeiros cinco meses do processo revolucionário. Já então a disputa pelo verdadeiro espírito do 25 de Abril era central.

Ao ritmo do desenvolvimento do processo político, multiplicam-se os “25 de Abril”, assumindo a apropriação do espírito do golpe militar um carácter estratégico de arma na contenda política. Podemos então identificar no campo civil o “25 de Abril” do PCP apoiado numa das várias facções do MFA ou o “25 de Abril” do PS que falava num “socialismo em democracia” à imagem de alguns países ocidentais.

Mais tarde haverá, por exemplo, o “25 de Abril” do “Grupo dos Nove”, que encara o período de avanço do PCP como um desvio da essência do “25 de Abril”.

Haverá ainda o “25 de Abril” de uma heterogénea extrema-esquerda e da esquerda radical, para quem a essência do 25 de Abril é a revolução, o poder popular, a mobilização revolucionária do movimento popular de base. Se para estes o 25 de Novembro marcou o início da contra-revolução, outros dirão que o 25 de Novembro de

1975 foi o regresso à tal “pureza original do verdadeiro espírito do 25 de Abril”, havendo até aqueles para quem a data fundadora é o 25, não de Abril de 1974, mas de Novembro de 1975.

Finalmente, são também muitos os que sentem que o verdadeiro “25 de Abril” nunca se cumpriu realmente. “Pureza”, “original”, “verdadeiro”, “espírito” - palavras com uma possibilidade enorme de significados e dotadas de uma natureza profundamente imaterial.

Quando se comemora o “25 de Abril” cada uma destas linhas comemorará então o “seu 25 de Abril”. Mais do que comemorar aquilo que considera ser o mais relevante ou o mais fiel ao dito “espírito de Abril” ou às “conquistas de Abril”, parece-me que cada um destes blocos comemora aquilo que, muitas vezes, desejava que tivesse sido o 25 de Abril.

Se ao longo de 1974-75 se digladiavam várias perspectivas e apropriações do verdadeiro e original espírito do “25 de Abril”, nas décadas posteriores continuou a haver uma miríade de “25 de Abris”, nomeadamente no meio político-partidário, académico, historiográfico, das ciências sociais ou jornalístico.

Terá sido uma transição por ruptura marcada pela crise do Estado, por acções populares transgressoras e pela tutela militar? Terá sido uma revolução popular contida por uma contra-revolução a 25 Novembro ou simplesmente mitigada por um 25 de Novembro que imprime em definitivo o caminho da democratização? O 25 de Novembro mata a revolução ou terá salvado a democracia? Ou terá, ainda, interrompido um processo de democratização plena? Ou tudo se resume a dois anos de instabilidade devidores do contexto internacional de guerra fria e determinados pelo que se jogava no tabuleiro da descolonização?

Lá fora, foi visto com preocupação por uns, alarmados com um enclave comunista na Europa e na NATO, uma potencial Cuba europeia. Para outros, poderia ser o “exemplo indiciador e iniciático de uma subversão democrática da ordem capitalista europeia”⁵ que Sartre visitou em Março de 1975, que Gabriel Garcia Márquez disse fazer-lhe lembrar a Havana de Janeiro de 1959, que Chico Buarque cantou e com que, depois, se desencantou, que vários cineastas estrangeiros filmaram e

⁵ Lourenço, Eduardo, “A Galáxia ideológica no pós-25 de Abril e as suas raízes culturais”, in *Portugal: O Sistema político e constitucional – 1974-1987*, coord. Mário Baptista Coelho, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989, 51.

que foi alvo de campanhas promocionais de agências de viagens que prometiam aos seus clientes a inesquecível viagem a um país em revolução.

Em momentos de crise, à direita aponta-se os anos de 1974-75 como a raiz de todos os males: da destruição do tecido económico, de um Estado excessivamente intervencionista na economia, de uma Constituição marcada pelo socialismo, do excesso de força dos sindicatos, de uma prejudicial capacidade reivindicativa dos trabalhadores.

À esquerda vê-se na destruição do legado de Abril, no dismantelamento de muitas das chamadas “conquistas de Abril”, causa fundamental do estado negativo do país, do recuo de direitos fundamentais no campo social e laboral, da pobreza, da desigualdade, de uma democracia doente, da plutocracia, de um capitalismo selvagem e do neoliberalismo cego.

O que não foi o 25 de Abril

Não se pretende nem se conseguirá dar respostas simples a todas estas interrogações e debates.

Porém, parece possível cingir-nos àquilo que o quadro aberto a 25 de Abril não foi. Não foi um aparte nocivo entre Estado Novo e democracia, um factor perturbador do desenvolvimento e, sobretudo, de uma alegada evolução em curso no marcelismo que estaria destinada a traduzir-se na democratização do país. Tal como não terá certamente sido aquilo que veio perturbar um processo pacífico de autonomia das colónias que, na mesma medida, se traduziria num suave, fraterno e progressivo caminho para a autodeterminação.

O que foi o 25 de Abril

Podemos, no entanto, tentar perceber o que foi, pelo menos parte do que foi, fazendo incidir a luz numa das suas muitas dimensões, optando-se por um vector que tem muito de profundo e estruturante, como de psicológico, comportamental ou cultural, mas que é profundamente político. Um breve momento de enorme sobressalto ideológico, de experiência colectiva, cívica e democrática, de participação das massas na política e de intensa mobilização social.

Em termos globais, os anos de 1974-75 constituem-se como o momento determinante da construção da democracia.

Neste sentido, democracia e democratização não se opõem a este período mas sim a Estado Novo e a ditadura. Pelo que, como diz Fernando Rosas, se deve falar numa “marca genética da democracia portuguesa”⁶, traduzida numa Constituição que cristaliza o lastro das lutas sociais daqueles anos e a conquista de direitos e liberdades, a conquista da democratização do país.

É precisamente essa ideia de raro momento de participação das massas na política e de luta social que nos parece ser uma das dimensões a realçar na construção do sentido deste período, porque inédito, “irrepetido” e em muitos aspectos único.

Mas, sobretudo, nas palavras de Luís Trindade, por que se tratou de “o único momento da contemporaneidade portuguesa em que a sociedade fez política”⁷.

David Cannadine diz que os governos de Margaret Thatcher, procuraram retirar da discussão pública e do debate político a linguagem sobre classes sociais, a luta de classes, a dimensão e natureza classista da sociedade inglesa⁸. Em Portugal o Estado Novo empreendeu um processo semelhante, retirando do debate e do sistema político e, em certa medida, daquilo que dizia ser a realidade, a luta de classes ou classes em luta na acepção de uma população politizada e mobilizada, enquanto sujeito histórico activo e determinante. Mais do que retirado, tudo isto foi denegrido e perseguido, associado que era pela ditadura a desordem e caos, forjando a visão de um povo despolitizado e desinteressado da política. O próprio regime, mediante o corporativismo, seria a negação institucionalizada e a garantia da “supressão administrativa” da luta de classes⁹. O 25 de Abril consubstanciará a negação deste edifício axiológico, ao trazer uma dinâmica apontando para a modernidade, a ruptura, o reformismo e a mudança.

O processo aberto pelo golpe militar de 25 de Abril vem, então, recolocar “classes”, “luta de classes”, “marxismo”, “socialismo” ou “comunismo”, no debate político e na discussão pública.

Luís Trindade em “Os Excessos de Abril”, citando José Rebelo, refere que o Estado Novo correspondeu a uma “sociedade pré-moderna” num país que ao longo do século XIX e XX “simulou a modernidade”. Neste sentido podemos falar num resgate

⁶ Rosas, Fernando, *Portugal Século XX (1890-1976). Pensamento e Acção Política*, Lisboa: Editorial Notícias, 2003, 155.

⁷ Trindade, Luís, “Os Excessos de Abril”, 26.

⁸ Cannadine, David, *The Rise and Fall of Class in Britain*, New York: Columbia University Press, 1999, 14-18.

⁹ Rosas, Fernando, *Portugal Século XX*, 87.

de modernidade proporcionado pelo 25 de Abril, após a “economia da modernidade” feita por aquele regime.

Os dezanove meses que se seguem ao golpe militar consubstanciam então “esse fugaz momento em que a existência em Portugal foi vivida numa densidade moderna”¹⁰. Há uma politização geral da sociedade e uma intensificação do debate político, o espaço público desenvolve-se e é ocupado pelas grandes filosofias da história. É um tempo de acção e debate ideológico que percorre os mais variados sectores. A música, o desporto, a literatura, o cinema, o teatro, a televisão, a rádio ou a imprensa empenham-se neste processo generalizado de discussão e luta, desenvolvem-se públicos consumidores, forja-se um eleitorado que nas eleições para a Assembleia Constituinte significará uma das mais altas taxas de participação eleitoral.

Enfim, uma explosão de modernidade num Mundo que caminhava para a pós-modernidade. É interessante pensar que muito deste processo de redescoberta e experimentação de uma modernidade resgatada a décadas de salazarismo, se faz, em larga medida, pela mão de movimentos sociais cuja morte na sua forma tradicional sociólogos como Alain Touraine haviam declarado às mãos de uma nova tipologia, onde já não estaria presente a dimensão de mudança de sociedade, de sistema político ou de paradigma económico. Em Portugal em 1974 e 1975 os movimentos sociais recolocam no debate público - algo também rarefeito durante o Estado Novo - a discussão em torno do modelo de sociedade.

Numa época em que Touraine dizia anunciar-se a morte do “esquerdismo revolucionário”, a “decomposição do esquerdismo, forma extrema de modernismo” que ditava o triunfo intelectual do pós-modernismo e do neo-liberalismo¹¹, em Portugal assiste-se a uma explosão da força da esquerda revolucionária e não revolucionária, à disseminação de projectos de sociedade de esquerda e de movimentos sociais que os perspectivavam, a uma explosão das grandes Filosofias da História como o marxismo. Não surpreende então que Fernando Namora escrevesse em Maio de 1975 que “Num ano, a apática sociedade portuguesa viveu três ou quatro décadas”¹².

Os movimentos sociais consubstanciam, também, a constituição de uma noção de “povo” já diferente da dominante nos discursos do Estado Novo. O “bom povo português”, ordeiro, submisso, desinteressado da política ou mesmo apolítico, ciente do

¹⁰ Trindade, Luís, “Os Excessos de Abril”, 26.

¹¹ Touraine, Alain, *Crítica da Modernidade*, Lisboa: Instituto Piaget, 1994, 221-223.

¹² *O Jornal*: 1975.

seu lugar na estrutura social, definido pela mitologia salazarista pela sua “paciência diante a adversidade, a infinita resignação, a inexpugnável credulidade”¹³, dera lugar ou subitamente transformara-se noutra coisa. Um povo politizado e activo que luta e conquista direitos, pressiona o bloco de poder político-militar, condiciona a acção deste. De repente, o “povo” era outro.

Um país eterno e estagnado transformara-se num país em explosão de movimentos e lutas sociais, em mudança acelerada e profunda.

Em tudo isto parece haver, a par das razões materiais que conduziram à explosão das lutas sociais, a construção de uma nova imagem de povo que tanto alimenta, como é alimentada pela generalização das acções colectivas e lutas reivindicativas. Um povo antifascista, finalmente libertado dos grilhões ditatoriais, ansioso de liberdade, democracia e, porque não, de socialismo. Um povo participante e protagonista da revolução e da construção de “outro país”, título que Sérgio Trefaut dá a um interessante filme seu sobre este período¹⁴.

Eduardo Lourenço fala então de um “contra-mito”, uma “mitologia revolucionária”, enraizada na “tentativa frenética de desbloquear a imagem fascista da realidade nacional presente e passada, de destruir pela raiz o que se supunha mera *pintura superficial* do País”¹⁵.

Num processo semelhante, Luís Trindade fala de uma “cultura nacionalista que legitimou o Estado Novo nos anos 30” correspondente a uma visão de um Portugal perene, imutável ou estável, a que se contrapõe uma imagem de uma sociedade em luta que justificou a democracia e uma noção de cultura do neo-realismo que, seguindo uma tradição iluminista e marxista, tem na cultura uma “alavanca de emancipação”¹⁶.

Precisamente, durante os meses de revolução as práticas culturais estão empenhadas nesse processo de mudança. Por um lado, a cultura capta a tendência trazida pelo golpe de a vida se fazer em público e em colectivo. A construção da democracia e a aprendizagem dos seus mecanismos implicava o debate e a discussão. Assim, também a cultura e a arte se fazem mais pública e colectivamente.

¹³ Lourenço, Eduardo, “A Galáxia ideológica no pós-25 de Abril e as suas raízes culturais”, 60.

¹⁴ O título completo é: *Outro País: Memórias, Sonhos, Ilusões... Portugal 1974/1975*.

¹⁵ Lourenço, Eduardo, “A Galáxia ideológica no pós-25 de Abril e as suas raízes culturais”, 51.

¹⁶ Trindade, Luís, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O Salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008, 12.

Por outro lado, a cultura está tomada pela luta e empenhamento político. A cultura é uma arma política, ela própria contribui para a construção de uma nova sociedade.

Também o cinema está ávido de captar a mudança do país e acelerá-la. Há uma intensa produção de filmes e documentários, muitas vezes com o apoio de forças partidárias, que registam os grandes momentos dos conflitos sociais, da reforma agrária ou das ocupações. Exemplos disso mesmo são o documentário colectivo sobre o 1º de Maio de 1974 ou *Torre Bela* de Thomas Harlan. Folheando os jornais de 1975, imediatamente se observa uma oferta dominada pela cinematografia estrangeira e por filmes de índole amorosa e erótica, como *Teorema* de Pasolini, *A Arena* “a excitante luta das escravas sedentas de amor e liberdade”, *Fritz o Gato*, de quem se dizia ser “um gato sujo, boémio e revolucionário, preocupado com o sexo e a política”, *Emmanuelle*, *Os caminhos do prazer* ou *Iniciação Carnal*. Têm também uma grande difusão obras de forte cunho revolucionário como *A coragem do Povo* de Jorge Sangines, muitas delas realizadas por autores do Leste europeu, como *O Couraçado de Potemkin* de Serguei Eisenstein, ou *Os Oprimidos* de Miklos Jancsó. Outra obra ilustrativa dos tempos que se viviam era *Woodstock*.

Enquanto na televisão se pode ver *O Último Tango em Paris*, tudo o que havia sido proibido pela censura salta para as salas num gesto de libertação e empenhamento político.

Nas letras, o campo editorial privilegia as temáticas políticas e as ciências sociais.

Os grupos teatrais crescem e dão primazia a temas não só políticos, mas também de esquerda e revolucionários, e a autores anteriormente proibidos como Brecht ou Neruda.

Destaca-se a actividade de grupos de teatro independente como o Grupo de Teatro de Campolide, o Teatro do Novo Mundo, ligado ao MRPP, a Comuna ou a Cornucópia.

A música acompanha esta tendência de politização, de militância e de valorização do colectivo. Como então se dizia, a “cantiga é uma arma”. O GAC - Grupo de Acção Cultural terá sido a face mais visível desta mudança, reconhecendo-se que a sua actividade era ‘orientada para o apoio à luta pela democracia popular e pela ditadura do proletariado’ (...) ‘a canção, a poesia, são uma bomba e uma bandeira. E a voz do

povo eleva a classe”¹⁷. Há uma aproximação entre os artistas, neste caso, os músicos e o movimento popular. Manifestações, greves, ocupações, inúmeras lutas sociais e laborais, eram acompanhadas pela actuação de cantores populares. As formas de luta conjugam-se frequentemente com situações de festa, convívio e cultura popular e colectiva.

Com o 25 de Abril, os portugueses vivem mais comunitariamente e fora das suas casas, descobrem novos espaços de sociabilidade e de cultura, multiplicam-se espectáculos gratuitos, muitos deles em locais inéditos, desde a rua à fábrica, passando pelas associações recreativas ou mesmo os quartéis.

Fundamentalmente, foi um momento único para muitos que, pela primeira vez (quase todos) e pela última (alguns), viveram politicamente, na máxima expressão da sua liberdade, como afirmou uma trabalhadora da empresa Sogantal no filme *Les Ouvrières de la Sogantal*¹⁸, a propósito do período em que as operárias assumiram a gestão da empresa. Viveram politicamente o seu trabalho, a sua escola, o seu bairro ou cidade, enfim as suas vidas. Intervieram civicamente, conquistaram direitos, liberdades ou simplesmente vitórias que consideravam justas. Enquanto o país conquistava a liberdade e a democracia, “os cidadãos”, “os portugueses”, “o povo”, ou o sujeito colectivo que tudo isto formava, conquistaram o que achavam ser legítimo: o salário mínimo, o fim da polícia política e da censura, o direito à greve, um sindicato, uma habitação condigna, o saneamento de elementos ligados à polícia política, ao regime ou simplesmente associados a práticas de delação e repressão. Asseguraram o prolongamento do percurso dos transportes públicos até às zonas em que habitavam, a criação de escolas, creches, farmácias e condições de trabalho condignas. Evitaram o encerramento das fábricas onde trabalhavam e recuperaram terrenos baldios para uso comunitário.

Através das lutas, muitos aprenderam sobre as leis, o funcionamento das instituições, a falar em público, a organizar assembleias e comissões. Práticas como a autogestão permitiram a muitos trabalhadores adquirir noções de contabilidade, de gestão de *stocks* e de pessoal, a fazer escalas e organizar turnos. Muitos aprenderam até a ler. O movimento de moradores lançou muitos no poder local, a trabalhar em benefício dos seus locais de residência. Muitos aprenderam a dialogar com o poder, com o Estado e com as instituições.

¹⁷ *Ípsilon*, suplemento cultural do jornal *Público*: (2010).

¹⁸ Tilhou, Nadejda, *Les Ouvrières de la Sogantal*, França, 2008.

Tudo se pôs em causa. “Tudo parece possível em Portugal entre 1974 e 1975”¹⁹.

Em meses o país transformava-se intensivamente, pelo menos em algumas das suas características. Muitos “descobririam” novos países como a URSS, Cuba ou a República Democrática Alemã, à medida que Portugal estabelecia relações diplomáticas com países socialistas. Em várias conferências, espectáculos ou exposições era divulgada a cultura ou a história destas “novas” nações, como o espectáculo para adultos do Teatro de Marionetas de Moscovo ou do Ballet Nacional de Cuba²⁰.

Foi tempo de siglas, da tomada de contacto com inúmeros e muitas vezes minúsculos partidos, um mosaico que foi campo de experimentação ideológica e de aprendizagem política, mas também de desilusão e descoberta do lado mais negro das organizações políticas, do radicalismo e do extremismo cego.

Era um país em transformação acelerada, vivendo “um período de aceleração histórica sem precedentes”, como dizia um editorial do *Expresso* em Agosto de 1974. Um laboratório das mais variadas experiências políticas. Como escreveu Kenneth Maxwell, “A experiência ideológica do século XX foi comprimida em nove meses”²¹.

Por tudo isto a construção da democracia tem o seu período nevrálgico e estruturante nos anos de 1974 e 1975. É num quadro de grandes mobilizações, de não rara radicalização das acções colectivas, de lutas que são eminentemente políticas, não obstante poderem ter aparentemente um carácter económico, corporativo ou profissional, que se forja a democracia em Portugal. Se para uns é esta a “marca genética” da actual democracia, o caminho ou etapa fundamental na sua concretização, para outros terá sido um período nocivo, de tentações totalitárias ou seduções ditatoriais, de quase guerra civil, sem o qual a transição para a democracia se teria feito com muito menos custos. Daí que existam visões que procurem mitigar este período, que o infantilizem e minorizem, procurando apagá-lo da história e com ele apagar alguns dos seus vectores fundamentais como são os movimentos sociais, as acções colectivas, a luta reivindicativa, a conquista de liberdade, direitos e justiça social ou a politização extrema do país.

Poderá ter sido tudo isto, poderá ter tido um pouco de cada visão construída *a posteriori* ou poderá ter sido algo que não isto. Mas algo de profundo aconteceu e algo

¹⁹ Ferreira, José Medeiros, *Portugal em Transe (1974-1985)*, 194

²⁰ *Diário de Lisboa*, (1975).

²¹ Maxwell, Kenneth, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa: Editorial Presença, 1999, 78.

de estruturante se passou. Um despertar político e cívico e uma sede de participação e intervenção percorreu muitos portugueses.

Entre a construção de uma “via portuguesa para o socialismo”, um “socialismo em democracia”, uma “democracia em moldes semelhantes aos países ocidentais”, entre vias de esquerda e extrema-esquerda mais ou menos próximas da linha soviética, chinesa ou “terceiro-mundista”, durante dezanove meses Portugal conheceu um processo tão inédito e “irrepetido” como profundo e definidor. Foi um raro momento em que, de facto, se perspectivou que modelo político e de sociedade seria o ideal para Portugal, em que sistemas políticos e ideologias se confrontaram agudamente, em que o futuro do país parecia estar em aberto.

Spínolismo, 28 de Setembro e movimentos sociais – Uma conclusão

Reportando, para concluir, ao tema da referida tese de doutoramento, o que temos a 28 de Setembro de 1974 acaba por ser o choque entre dois “25 de Abris”, entre duas vias possíveis, dois projectos políticos, o do MFA e o de Spínola. Este último identifica como justificação para o reforço dos seus poderes e afastamento do Movimento, o desrespeito e os desvios ao Programa do MFA e ao espírito do 25 de Abril, apelando ao seu cumprimento e assumindo-se como o seu legítimo representante e defensor.

Para Spínola a deturpação do Programa, para além da via imprimida na frente da descolonização, materializava-se no que considerava ser o caos, a marxização do país, o avanço comunista, enfim, a política da “terra queimada”.

Fala num País “praticamente ingovernável”, na “indisciplina cívica”, no “clima anárquico”, numa “grave crise social”, a par de umas “Forças Armadas, accionadas pelas cúpulas revolucionárias do MFA” que “haviam-se transformado, repentinamente, em vanguarda de uma revolução de massas”²².

Estas percepções catastrofistas de Spínola eram em larga medida resultado da explosão das mais variadas acções dos movimentos sociais que emprestam aos primeiros 5 meses do processo revolucionário um quotidiano de instabilidade feito de lutas, greves, ocupações, manifestações, saneamentos ou reivindicações.

²² Spínola, António de, *País sem Rumo*, Lisboa: SCIRE, 1978, 139-140.

Os discursos de Spínola sob o signo da ordem, da autoridade, da disciplina, do nacionalismo, de um “Portugal africano”, um “todo pluricontinental” e uma “comunidade lusíada”, revelavam-se demasiado desfasados de um país em revolução e tinham nas acções dos movimentos sociais o seu *némesis*.

Funcionando como sério bloqueio ao projecto spinolista, é o quadro forjado pelas mobilizações populares que será a justificação para Spínola apelar a uma manifestação pública de apoio a si próprio, ao Presidente da República, de todos aqueles que não se reviam no clima de revolução, a tal “maioria silenciosa” que, pensava Spínola, se configuraria como uma espécie de bloco social e político do seu projecto. Apela vagamente a um Portugal moderado e conservador, não comunista ou mesmo anticomunista, mais rural que urbano, englobando sectores da população que não se identificavam com a revolução de esquerda e a via para o socialismo em construção, que não estavam envolvidos nas sucessivas acções e lutas sociais, que defendiam uma transição suave, um poder forte, limitação de liberdades e uma via essencialmente lenta e limitada para a descolonização.

Independentemente da rápida reacção do MFA na contenção da manifestação da maioria silenciosa, dos equilíbrios de forças em jogo desde Abril ou das características do aparelho militar, o que ressalta como desfecho da presidência de Spínola é uma população que rejeita muito claramente quer a via federalista, quer o presidencialismo militar, a democracia musculada, o bonapartismo ou o “marcelismo sem Marcelo” que Spínola preconizava. Tudo isto, tinha, de facto, como condição quase *sine qua non* conter a vaga de agitação e mobilização social que explodira no decorrer do golpe militar de 25 de Abril, enfim, muito do que aqui tem vindo a ser descrito.

Todo este quadro inédito de acções populares, de debate e politização extrema de quase tudo, de uma sociedade a fazer política revela-se determinante no malogro do projecto spinolista em finais de Setembro.

De algum modo, estes movimentos sociais podem consubstanciar um terceiro “25 de Abril”.

Dialogando e transformando os “25 de Abril” cristalizados pelos blocos de Spínola e do MFA, esta vaga de acções populares corresponde a outra via e perspectiva para o processo revolucionário, apontando em direcções que não as perspectivadas por aquelas duas linhas, forjando-se uma espécie de terceiro 25 de Abril materializado nas acções e na agenda dos movimentos sociais.

Eduardo Lourenço escreve que o dia 25 de Abril foi uma “revolução sem sujeito”²³ que se transforma, na realidade, numa revolução com dois sujeitos: de um lado, Spínola, tendo a seu lado o país conservador e do outro o Movimento das Forças Armadas, apoiado no seu programa e em processo crescente de radicalização.

No entanto, ambos vêm surgir um terceiro sujeito. Um sujeito colectivo que é a explosão dos movimentos sociais que rapidamente se revela determinante na definição do processo político e na vitória ou derrota, em função do seu alinhamento, de um dos dois outros sujeitos.

Apesar das continuidades e da multiplicidade de “25 de Abril”, uma das características de maior novidade e indiciadora de maiores rupturas do processo aberto pelo golpe militar de 25 de Abril de 1974, reside nas acções dos movimentos sociais, traduzidas, então, nesse momento de intensa politização, debate, acção política e conquista de direitos de largos sectores da população portuguesa.

Recordando as palavras da citada operária da Sogantal sobre o processo de luta nesta empresa, um dos mais emblemáticos da revolução portuguesa, muitos poderiam também dizer que com o 25 de Abril experimentavam a “máxima expressão” da sua liberdade. Estavam “a descobrir tudo, era como se nascessem outra vez”.

²³ Lourenço, Eduardo, “A Galáxia Ideológica no pós-25 de Abril e as suas raízes culturais”, 72.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Cerezales, Diego Palacios, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003.

Ferreira, José Medeiros, *Portugal em Transe (1974-1985)*, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

Lourenço, Eduardo, “A Galáxia ideológica no pós-25 de Abril e as suas raízes culturais”, in *Portugal: O Sistema político e constitucional – 1974-1987*, coord. Mário Baptista Coelho. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989.

Maxwell, Kenneth, *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

Reis, António, Portugal, *20 anos de Democracia*, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1994.

Rosas, Fernando, *Portugal Século XX (1890-1976). Pensamento e Acção Política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

Ruivo, Francisco Bairrão, *Spinolismo: Viragem Política e Movimentos Sociais*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, orientada por Fernando Rosas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013.

Touraine, Alain, *Crítica da Modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994

Trindade, Luís, *O Estranho Caso do nacionalismo Português. O Salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: ICS, 2008.

Trindade, Luís, “Os Excessos de Abril”. *Revista História* 65 (2004): 20-31

White, Hayden, *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001.

Francisco Bairrão Ruivo

Francisco Bairrão Ruivo é investigador do Instituto de História Contemporânea (IHC-FCSH/UNL). É doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com a tese intitulada *Spinolismo: Viragem Política e Movimentos Sociais*.

Tem como principais áreas de investigação o Estado Novo, o processo revolucionário de 1974 e 1975 e a descolonização.

Publicou recentemente o livro intitulado *Livro Livre* (com Danuta Wojciechowska e Joana Paz) sobre o 25 de Abril de 1974 e os 40 anos de Democracia.

Contacto: francbairrao@yahoo.com

«Eu, Francisco Bairrão Ruivo, na qualidade de autor do trabalho intitulado **A Memória e os múltiplos "25 de Abris". Um momento único de participação das massas na política**, declaro conhecer e aceitar as «Normas para publicação das coleções eletrónicas IHC», disponibilizadas em <http://ihc.fcs.unl.pt.>»